



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16436 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 24 - Educação e Arte

ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS: DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO AO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marcelo Trevisan Gonçalves - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Joaojr@gmail.Com - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS: DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO AO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Esta pesquisa partiu da observação de um contexto existente no Estado do Espírito Santo, em que os diversos projetos de ensino coletivo de instrumentos musicais, englobados por uma política pública denominada Programa Música na Rede, ocorrem em caráter extracurricular. Identificamos que esse formato torna a política pública frágil, visto que depende, a cada ano, da renovação de parcerias institucionais, aprovação de orçamento além de outras variáveis. Uma possibilidade para seu fortalecimento seria a integração dessas atividades ao currículo escolar, garantindo assim a oferta contínua desse ensino nas escolas públicas estaduais.

Sob essa perspectiva, o objetivo geral foi compreender de que forma o ensino coletivo de instrumentos musicais, que vem sendo ofertado em caráter extracurricular, pode ser integrado ao Currículo do Ensino Médio em escolas públicas estaduais no Espírito Santo. Em busca de alcançar esse objetivo, apontamos, com base na literatura, as contribuições do aprendizado de instrumentos musicais no desenvolvimento social e cognitivo de estudantes, analisamos as legislações relacionadas com o ensino de música no Ensino Médio e investigamos, por meio de entrevistas semiestruturadas de professores de bandas escolares, aspectos associados à forma como o ensino coletivo de instrumentos musicais vem sendo ofertado em escolas públicas estaduais participantes do Programa Música na Rede.

Por meio do histórico das legislações, pudemos constatar que o ensino de música, durante a etapa do Ensino Médio, se faz majoritariamente presente. Em determinados momentos, figurou-se como componente curricular obrigatório, contudo se estabeleceu, a partir da década de 1970, como uma das possibilidades dentro da disciplina Arte, ao lado das Artes Visuais, do Audiovisual, da Dança e do Teatro.

A legislação vigente (LDB nº 9.394/1996) prevê a oferta de um leque de possibilidades artísticas ao estudante do Ensino Médio, para que opte pela vertente com a qual mais se identificar. Contudo, o panorama atual aponta para uma realidade em que a oferta é limitada, priorizando uma ou outra opção artística, em geral, de acordo com a formação do professor de Arte da escola, assim como ocorria durante a vigência da LDB nº 5.692/1971 (SOBREIRA, 2017, p. 22). Esse contexto desvela a necessidade de ampliação de políticas públicas educacionais para que todas as linguagens artísticas sejam acessíveis aos estudantes.

Mediante à análise da BNCC-EM, sob a luz da Teoria da Autodeterminação (Ryan; Deci, 2020), da motivação e autorregulação (Bzuneck e Boruchovitch, 2016) e de resultados de importantes pesquisas relacionadas ao ensino de música no ambiente escolar como as de Pfeifer e Seidel (2019), Santos-Luiz, Mónico, Almeida e Coimbra (2015) e Hallam e Rogers (2016), observamos que o ensino coletivo de instrumentos musicais pode contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades da área de linguagens e suas tecnologias, solidificando a relevância de sua integração ao Currículo do Ensino Médio.

Além disso, identificamos que um caminho possível para essa integração se encontra na oferta de unidades curriculares eletivas para que componham os itinerários formativos ofertados na escola. Por fim, constatamos que a oferta dessas unidades curriculares deve considerar outros aspectos, como possibilidades dos sistemas de ensino, contexto local, interesse dos estudantes e perspectivas futuras. Esses fatores direcionaram nossa pesquisa de campo.

Os trabalhos correlatos ao tema desta pesquisa apontaram uma possibilidade para a criação de unidades curriculares que ofertem ensino coletivo de instrumentos musicais. Essa possibilidade encontra-se nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e já é aplicada com sucesso no IFSC-Florianópolis (Kandler, 2019). Além disso, a pesquisa de Santos (2014), contribuiu com uma série de recomendações para a implantação de projetos de ensino coletivo de instrumentos musicais em escolas de Educação Básica.

Com a pesquisa de campo, pudemos observar a existência de autonomia nas escolhas didáticas dos professores, durante o ensino coletivo de instrumentos musicais nas escolas analisadas, observando que essa é uma característica importante a ser mantida em uma possível integração dessas atividades ao currículo, visto que a autonomia pode proporcionar benefícios, por exemplo, maior interesse dos estudantes e valorização da experiência do profissional (Santos, 2014).

Ademais, as atividades que proporcionam maior interesse aos estudantes, como apresentações externas à escola e os ensaios coletivos que demandam a participação concomitante de estudantes de diversos anos e etapas, não se encaixam no formato tradicionalmente utilizado nas disciplinas escolares. A exemplo disso, o volume sonoro dos ensaios coletivos, em geral, impede que a atividade ocorra concomitantemente às aulas durante o turno letivo regular. Outro aspecto observado, em relação ao interesse dos estudantes, foi a necessidade de manter os instrumentos e equipamentos em plenas condições de uso, pois trata-se de um fator primordial para que os estudantes possam realizar as atividades propostas.

Para suprir essas demandas, sugerimos a criação de unidades curriculares em que parte da carga horária seja realizada fora do horário escolar e a previsão de recursos financeiros para a realização de apresentações e manutenção periódica ou reparo emergencial dos instrumentos musicais e equipamentos utilizados. A pesquisa embasou um produto técnico, que constitui uma proposta pedagógica para criação de unidades curriculares que ofertem esse ensino nas escolas onde as atividades vêm sendo desenvolvidas em caráter extracurricular. Essa proposta foi enviada para representantes da Secretaria de Estado do Espírito Santo, responsáveis pela elaboração do currículo em âmbito estadual, que registraram o recebimento e agradeceram, considerando a possibilidade de aplicação.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino coletivo de instrumentos musicais. Unidades curriculares. Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BZUNECK, José Aloyseo; BORUCHOVITCH, Evely. Motivação e autorregulação da motivação no contexto educativo. *Psicologia Ensino & Formação*, v. 7, n. 2, p. 73-84, 2016.

HALLAM, Susan; ROGERS, Kevin. The impact of instrumental music learning on attainment at age 16: a pilot study. *British Journal of Music Education*, v. 33, n. 3, p. 247-261, 2016.

KANDLER, Maira Ana. *Música na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina campus Florianópolis*. 2019. 279 f. Tese (Doutorado em Educação Musical) - Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PFEIFER, Christian; SEIDEL, Katja. Students' time allocation and school performance: a comparison between student jobs, sports and music participation. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, Berlin, v. 240, n. 5, p. 1-46, 2019.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. Intrinsic and extrinsic motivation from a self-determination theory perspective: definitions, theory, practices, and future directions. *Contemporary Educational Psychology*, v. 61, p. 1-11, 2020.

SANTOS, Ana Roseli Paes dos. *O ensino em grupo de instrumentos musicais: um estudo de caso múltiplo em Portugal e no Brasil*. 2014. 499 f. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança – Especialidade em Educação Musical) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2014.

SANTOS-LUIZ, Carlos dos; MÓNICO Lisete S. M.; ALMEIDA Leandro S.; COIMBRA, Daniela. Exploring the long-term associations between adolescents' music training and academic achievement. *Musicae Scientiae*, v. 20, n. 4, p. 1-16, 2015

SOBREIRA, Silvia Garcia. A educação musical e principais legislações: de Villa-Lobos aos dias atuais. *Interlúdio-Revista do Departamento de Educação Musical do Colégio Pedro II*, v. 5, n. 7, p. 10-27, 2017.